



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular
Ano académico 2022/2023

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico Internacionais
Direito Internacional da Pessoa Humana (TA)

Unidade curricular

Direito Internacional da Pessoa Humana (TA) – 2.º Ciclo – Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais

Tema: *Justiça Internacional e Direitos da Pessoa Humana: tendências actuais e desafios futuros, em especial a protecção dos direitos da pessoa humana e do Estado de direito enquanto valores europeus*

A unidade curricular visa o estudo dos principais sistemas de justiça internacional (regional) contemporânea especializados em matéria de protecção de direitos da pessoa humana e o estudo das suas tendências actuais e desafios futuros, incluindo o estudo dos direitos do homem e do Estado de direito enquanto valores europeus e sua garantia judicial.

O ensino da unidade curricular integrará o ensino e a investigação do Módulo Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Items 5 e 8.2]).

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional (universal e regional);
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais sistemas de justiça internacional contemporâneos especializados em matéria de protecção dos direitos da pessoa humana com vista à utilização desses sistemas.

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):

- a análise crítica comparativa dos elementos estruturantes dos sistemas (análise crítica transversal comparada);
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução do Direito Internacional (geral e especializado em razão da matéria);
- a compreensão crítica da relação entre os diversos sistemas e da relação entre a Ordem Jurídica da União Europeia e nacional e esses sistemas (estádio actual e perspectivas de evolução);



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários desses sistemas em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, em especial os sistemas transnacionais que permitem o acesso de sujeitos não estaduais.

Conteúdos programáticos

Tema:

Justiça Internacional e Direitos da Pessoa Humana: tendências actuais e desafios futuros, em especial a protecção dos direitos da pessoa humana e do Estado de direito enquanto valores europeus

1. Introdução.
2. Direito Internacional da pessoa humana: génese e evolução.
3. Os sistemas de protecção internacional da pessoa humana: sistema universal e sistemas regionais.
4. Justiça internacional e direitos da pessoa humana. 4.1 Justiça internacional: delimitação do conceito 4.2 Justiça internacional: elementos estruturantes 4.3 Justiça internacional e sistemas jurisdicionais de protecção da pessoa humana: justiça internacional universal e justiça internacional regional especializada em matéria de direitos da pessoa humana.
5. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: Europa. 5.1. O sistema da União Europeia, em especial os direitos fundamentais enquanto valor europeu e a Conferência sobre o futuro da Europa. 5.2 O sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.
6. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: África. 6.1 O sistema da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos 6.2 A relação com a União Africana e a fusão entre o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal de Justiça da União Africana.
7. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: América. 7.1 O sistema da Convenção Americana de Direitos Humanos 7.2 Outros
8. Justiça internacional e direitos da pessoa humana: tendências actuais e desafios futuros, em especial a protecção dos direitos da pessoa humana e do Estado de direito enquanto valores europeus
- 8.1 Relações entre a Justiça regional e as ordens jurídicas nacionais. 8.1.1 O diálogo entre os tribunais transnacionais e os tribunais nacionais, em especial os tribunais constitucionais 8.1.2 Os meios (contenciosos) de relacionamento entre os tribunais transnacionais e os tribunais nacionais e o Protocolo N.º 16 à CEDH 8.1.3 O problema do nível (mais elevado) de protecção dos direitos da pessoa humana 8.1.4 A noção de violações estruturais e os acórdãos 'piloto' 8.1.5 A execução das sentenças dos tribunais transnacionais na ordem jurídica interna, em especial o recurso extraordinário de revisão 8.1.6 A reparação razoável e as acções de responsabilidade. 8.1.7 Crises política, financeira, migratória e pandémica e controlo judicial em matéria de direitos humanos.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8.2 Direitos do homem, direitos fundamentais e Estado de Direito como valores europeus num mundo global.

8.2.1 Evolução do enquadramento jurídico e jurisprudencial na União Europeia 8.2.2 A promoção dos direitos do homem, dos direitos fundamentais e do Estado de Direito enquanto valores europeus na litigância nacional e regional 8.2.3 Direitos do homem, direitos fundamentais, Estado de direito e independência do poder judicial

8.3 Mudanças de paradigma e perspectivas de evolução: 8.3.1. O diálogo entre os tribunais transnacionais em matéria de direitos humanos. 8.3.2 A reforma do sistema da CEDH 8.3.3 A relação entre sistemas transnacionais: a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem – a renegociação da adesão 8.3.4 A fusão de tribunais transnacionais 8.3.5 Concorrência de sistemas (não judiciais e judiciais) de proteção dos direitos da pessoa humana e vias de solução.

8.4 Direitos humanos: a letra dos catálogos e o desafio de novos contextos – exemplos.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais dos sistemas contemporâneos de justiça internacional numa dupla perspectiva: a perspectiva comparativa transversal a partir dos seus elementos estruturantes e a perspectiva de cada sistema individualmente considerado, quer na sua vertente material, quer na sua vertente processual. Tal abordagem permite o conhecimento desses sistemas com vista à sua utilização futura – em razão da matéria envolvida no diferendo a resolver.

Por seu lado, os conteúdos programáticos englobam uma abordagem do seu relacionamento com as ordens jurídicas portuguesa e da União Europeia, tendo em conta que a resolução de diferendos e a protecção de direitos tem lugar hoje ao nível nacional e transnacional – em especial regional europeu. Tal abordagem permite o conhecimento dessas relações com vista à articulação, em cada caso, dos meios nacionais e transnacionais relevantes para a resolução de diferendos.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino assenta em dois vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise, debate e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa aos principais sistemas de Justiça Internacional objeto de estudo e dos textos que os instituem – de acordo com a indicação prévia das matérias objeto de estudo e da jurisprudência e outros documentos para preparação da aula por parte dos mestrandos. Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

A metodologia de avaliação assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, comentário comparativo de artigo dos Tratados que instituem sistemas de justiça internacional); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito (relatório) sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos, o qual é previamente apresentado oralmente e objeto de discussão no seminário da disciplina.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários sistemas objecto de estudo.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A análise e comentário crítico dos textos institutivos dos sistemas de justiça internacional (artigos temáticos) e da jurisprudência, permite em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização face a um litígio concreto – sistema ou sistemas relevantes e modo de articulação entre o nível nacional e transnacional

Bibliografia principal

Em língua portuguesa:

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020

ANA MARIA GUERRA MARTINS, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2014 (reimpr. 2017)

ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Vol. I, 2.^a ed., 2003 ; Vol. II, 1999, ; Vol. III, 2.^a ed., 2003, Porto Alegre, S. A. Fabris Editor

ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, *Os Tribunais Internacionais Contemporâneos*, Brasília, Funag, 2013 (www.funag.gov.br)

FILIPA ARAGÃO HOMEM, *O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o Sistema de Protecção de Direitos Fundamentais Nacional. Estudo sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade no caso português*, Coimbra, Almedina, 2019

IRINEU CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 6.^a ed., Coimbra, Almedina, 2020

IRINEU CABRAL BARRETO e RUI GUERRA DA FONSECA, “A ‘doutrina Bosphorus’ e a tendência para a ampliação da jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: algumas notas”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Sousa Ribeiro*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 573-594

MARIA LUÍSA DUARTE, *União Europeia e Direitos Fundamentais – No Espaço da Internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2006

Paulo PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, Vol. I, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2019; Vol. II, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2019; Vol. III, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2020

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA e Paulo PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, Tirant Brasil, 2020

NUNO PIÇARRA, “Recurso de revisão de que “decisões inconciliáveis” com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem?”, Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 8/7/2011, P.5/04.0BEPRT-A, in CJA, n.º 92, Março/Abril 2012, pp. 49-65

PATRÍCIA JERÓNIMO, RUI GARRIDO e MARIA DA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRO (coords.), *Comentário*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Universidade do Minho (OLDHUM) – Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CID), 2018

AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a ed., 2006; 4.^a ed, Coimbra Editora, 2011

AFONSO D'OLIVEIRA MARTINS e MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS, *Organizações Internacionais*, Vols. I e II, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 1996

ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA e FAUSTO DE QUADROS, *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 1993 (6.^a reimpr., 2005)

CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Direito Internacional Público, Sumários Desenvolvidos*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2012

EDUARDO CORREIA BAPTISTA, *Direito Internacional Público, Vol. I*, Lisboa, AAFDL, 2015, Vol. II, Lisboa, AAFDL, 2015

JOAQUIM DA SILVA CUNHA E MARIA DA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA, *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004

JÓNATAS E. M. MACHADO, *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao pós-11 de Setembro*, 5.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2019

JORGE MIRANDA, *Curso de Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Estoril, Principia, 2016

MARIA LUÍSA DUARTE, *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006

Em língua estrangeira:

FRÉDÉRIC SUDRE, LAURE MILANO, HÉLÈNE SURREL e BÉATRICE PASTRE-BELDA, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 15.^a ed., Paris, PUF, 2021

JEAN-FRANÇOIS RENUCCI, *Droit européen des droits de l'homme. Droits et libertés fondamentaux garantis par la CEDH*, 9.^a ed., Paris, LGDJ, 2021

WILLIAM A. SHABAS, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, Oxford, University Press, 2017

DINAH L. SHELTON, *Advanced Introduction to International Human Rights Law*, 2.^a ed., Edward Elgar Publishing, 2020

DINAH L. SHELTON (Ed.), *The Oxford Handbook of International Human Rights Law*, Oxford, Oxford University



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Press, 2013

DANIEL MOECKLI, SANGEETA SHAH, SANDESH SIVAKUMARAN (Ed.) e DAVID HARRIS (Consultant Ed.), *International Human Rights Law*, 3.a ed., Oxford, Oxford University Press, 2017

FRANCIS G. JACOBS, ROBIN C. A. WHITE, CLARE OVEY (BERNARDETTE RAINEY, PAMELA MCCORMICK, CLARE OVEY), *The European Convention on Human Rights*, 8.ª ed., Oxford. Oxford University Press, 2020

GRÁINNE DE BÚRCA, *Reframing Human Rights in a Turbulent Era*, Oxford, University Press, 2021

ILIAS BANTEKAS, LUTZ OETTE, *International Human Rights Law and Practice*, 2.ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2016

MALCOLM EVANS, RACHEL MURRAY, *The African Charter on Human and Peoples' Rights*, 2.ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008

THEODOR SCHILLING, *Internationaler Menschenrechtsschutz: Das Recht der EMRK und des IPbPR*, 3.ª ed., Tübingen, Mohr Siebeck, 2016

YVES HAECK, OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA, CLARA BURBANO HERRERA (ed.), *The Inter-American Court of Human Rights, Theory and Practice, Present and Future*, Cambridge, Intersentia, 2015

ARMIN VON BOGDANDY E INGO VENZKE, *In Whose name? A Public Law Theory of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2016

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009

RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.ª ed., Oxford, University Press, 2010

YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014

YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003

CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford Handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014

DARIO MOURA VICENTE (Ed.), *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective* (Collected papers of the ILA Regional Conference Held in Lisbon in 2014), Brill-Nijhoff, 2016

KAREN ALTER, LAURENCE HELFER E MIKAEL MADSEN (Ed.), *International Court Authority*, Oxford, University Press, 2018

NIKOLAOS LAVRANOS, *Jurisdictional Competition. Selected Cases in International and European Law*, European Law Publishing, 2009

THERESA SQUATRITO et al. (ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018

WILLIAM SCHABAS, SHANNONBROOKE MURPHY (ed.), *Research Handbook on International Courts and*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Tribunals, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2017

TOBIAS LOCK, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015

FISNIK KORENICA, *The EU Accession to the ECHR between Luxembourgs search for autonomy and Strasbourg credibility on human rights protection*, Cham, Springer, 2015

VASILIKI KOSTA (ed.), *The EU accession to the ECHR*, Oxford, Hart, 2014

ILIOPOULOS-STRANGAS, PEREIRA DA SILVA, POTACS (ed.), *The Accession of the European Union to the ECHR, The Impact on the Protection of Fundamental Rights in Europe*, Baden-Baden, Nomos, 2013

CHIARA GIORGETTI (Ed.), *The Rules, Practice and Jurisprudence of International Courts and Tribunals*, Brill-Nijhoff, 2012

MANUEL DIEZ DE VELASCO, *Las Organizaciones Internacionales*, 16.^a ed., Madrid, Tecnos, 2010

ANTONIO CASSESE, *International Law*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2005

PATRICK DAILLIER, MATHIAS FORTEAU e ALAIN PELLET, *Droit International Public*, 9.^a ed., Paris, LGDJ, 2022



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Academic year 2022/2023

Course - Master in Law and Legal Science – Legal-International Sciences
International Human Rights Law (TA)

Curricular unit

International Human Rights Law (TA) - 2nd Cycle – Master in Law and Legal Science – Legal-International Sciences

Main topic: International Justice and Human Rights – Current Trends and Future Challenges, including the protection of human rights and the Rule of law as European values

The curricular unit aims in general at the study of the main systems of contemporary international (regional) justice specialized *ratione materiae* in the protection of human rights and the current trends and future challenges, including the study of human rights and the Rule of law as European Values and its judicial protection

The teaching activity will be part of the teaching and research activities of the Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” - (2022-2025, Key Topic 1 - Fundamental Rights and Rule of Law as EU values: evolving legal and jurisprudential framework in the EU and beyond the recovery in response to the Covid-19 crisis and the Convention on the Future of Europe and Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Items 5 e 8.2]).

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 hours/week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

Learning outcomes of the curricular unit

Learning outcomes (juridical knowledge):

- to acquire the relevant technical-juridical key concepts which are essential to understand the problematic of the systems of international justice;
- to acquire knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the main international justice systems in order to know how to use those systems in practice.

Learning outcomes (skills and competences):

- critical analysis of those systems regarding its basic structural elements (transversal critical comparative analysis);
- critical analysis of the case law produced by those systems (both international courts and international jurisdictional institutions) as well as of their contribution to the development of the (general and specialized) International Law) on Human rights;
- critical comprehension of the relationship between those systems of contemporary international justice as well as of the relationship between national legal orders and those systems (current state and perspectives of evolution);
- acquire the necessary skills to be able to use each of those systems according to the dispute to be solved and the rights involved in dispute, specially of the transnational systems opened to non-state subjects (individuals and others).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Syllabus

Main Topic:

International Justice and Human Rights: Current Trends and Future Challenges, including the protection of human rights and the Rule of law as European values

1. Introduction.
2. International Human Rights Law: evolution.
3. The systems for the protection of Human Rights: universal system and regional systems.
4. International Justice and Human Rights. 4.1 International Justice: concept. 4.2 International justice: structural elements. 4.3 International Justice and judicial systems for protection of Human Rights: international justice and regional justice specialized in Human Rights.
5. Regional justice and Human Rights: Europe. 5.1. The EU system, especially fundamental rights as an EU value and the Conference on the Future of Europe. 5.2 The ECHR system.
6. Regional justice and Human Rights: Africa. 6.1 The ACHPR System 6.2 The relationship with the African Union and the fusion between the ACHPR and the Court of Justice of the African Union.
7. Regional justice and Human Rights: America. 7.1 The ACHR system 7.2 Others.
8. International Justice and Human Rights: current trends and future challenges, especially the protection of human rights and the Rule of Law as European values
 - 8.1 The relationship between International Justice and national legal orders. 8.1.1 The dialogue between international and national courts, especially constitutional courts. 8.1.2 The judicial instruments of relationship between international and national courts and Protocol 16 to the ECHR. 8.1.3 The issue of the (higher) level of the protection of Human Rights. 8.1.4 Structural violations and 'pilot' judgments. 8.1.5 The execution of the judicial decisions of international courts in the national legal order, especially the 'recurso extraordinário de revisão' (extraordinary revision appeal) 8.1.6 Just satisfaction and liability actions. 8.1.7 Political, financial, migration and pandemic crisis and judicial protection of human rights.
 - 8.2 Human rights, fundamental rights and the Rule of Law as European values in a global world. 8.2.1 Evolving legal framework and case-law in the European Union. 8.2.2 Promoting human rights, fundamental rights and the Rule of Law as European values in national and regional litigation. 8.2.3 Human rights, fundamental rights, Rule of law and Independence of the judiciary.
 - 8.3 Changes of paradigm and future perspectives. 8.3.1 The dialogue between international courts. 8.2.4 The reform of the ECHR system. 8.3.3 The relationship between non-national judicial systems: the accession of the EU to the ECHR – the renegotiation of the accession. 8.3.4 The fusion between international courts 8.3.5 Competition



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

between (non-judicial and judicial) systems for the protection of Human Rights and possible solutions.

8.4 Human rights: the wording of the catalogues and the defying of new contexts - examples.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the contemporary systems of international justice in a dual perspective: the horizontal comparative perspective based on their structural elements and the individual perspective of each system both in its material and procedure features. Such approach allows the knowledge of such systems aiming at its future use according to the nature of the dispute to be solved through such systems.

Moreover, the syllabus includes the approach of the relationship between the mentioned systems and the Portuguese and EU legal orders, considering that the dispute settlement and the protection of rights takes place at present both at national and transnational level, specially at regional European level. This approach allows the knowledge of such relationships aiming at the coordination, in each case, of the national and transnational relevant means in order to solve the disputes.

Teaching methodologies (including evaluation)

Teaching methodologies are based in two elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expository method and the identification of the main problematic juridical issues; the critical analysis of the relevant case law and of selected material and procedural rules of the systems – according to previous identification of the topics to be analysed and of the relevant documents and doctrine for previous preparation by the students. In this respect priority is given to the use of the *e-learning* platform of the University of Lisbon with a specific page for this curricular unit.

Evaluation methodology is based in two elements: a practical element (critical analysis of case law, critical analysis and commentary of selected rules guiding the systems or procedural piece); and a research element in order to write a paper on a specific topic according to the background of the students (law, international relations, other) and their individual thematic preferences which is previously presented orally and discussed within the seminar.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The theoretical introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the systems of international justice as well of the knowledge on the nature and modus operandi of each system.

The critical analysis of the rules of each system (selected material and procedural rules) as well of the case law and the drafting of a procedural piece allows in particular the comprehension of the system in practice, aiming at its use when facing a concrete dispute – identifying the relevant systems or systems that may be used and how they relate to the national level.

Main Bibliography

In Portuguese language:

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020

ANA MARIA GUERRA MARTINS, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2014 (reimpr. 2017)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Vol. I, 2.^a ed., 2003 ; Vol. II, 1999, ; Vol. III, 2.^a ed., 2003, Porto Alegre, S. A. Fabris Editor

ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, *Os Tribunais Internacionais Contemporâneos*, Brasília, Funag, 2013 (www.funag.gov.br)

FILIPA ARAGÃO HOMEM, *O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o Sistema de Protecção de Direitos Fundamentais Nacional. Estudo sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade no caso português*, Coimbra, Almedina, 2019

IRINEU CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 6.^a ed., Coimbra, Almedina, 2020

IRINEU CABRAL BARRETO e RUI GUERRA DA FONSECA, “A ‘doutrina Bosphorus’ e a tendência para a ampliação da jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: algumas notas”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Sousa Ribeiro*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 573-594

MARIA LUÍSA DUARTE, *União Europeia e Direitos Fundamentais – No Espaço da Internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2006

Paulo PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, Vol. I, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2019; Vol. II, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2019; Vol. III, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2020

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA e Paulo PINTO DE ALBUQUERQUE (Org.), *Comentário à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, Tirant Brasil, 2020

NUNO PIÇARRA, “Recurso de revisão de que “decisões inconciliáveis” com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem?”, Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 8/7/2011, P.5/04.0BEPRT-A, in CJA, n.º 92, Março/Abril 2012, pp. 49-65

PATRÍCIA JERÓNIMO, RUI GARRIDO e MARIA DA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRO (coords.), *Comentário Lusófono à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, Observatório Lusófono dos Direitos Humanos da Universidade do Minho (OLDHUM) – Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CID), 2018

AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a ed., 2006; 4.^a ed, Coimbra Editora, 2011

AFONSO D'OLIVEIRA MARTINS e MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS, *Organizações Internacionais*, Vols. I e II, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 1996

ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA e FAUSTO DE QUADROS, *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 1993 (6.^a reimpr., 2005)

CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Direito Internacional Público, Sumários Desenvolvidos*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2012

EDUARDO CORREIA BAPTISTA, *Direito Internacional Público, Vol. I*, Lisboa, AAFDL, 2015, Vol. II, Lisboa,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

AAFDL, 2015

JOAQUIM DA SILVA CUNHA E MARIA DA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA, *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004

JÓNATAS E. M. MACHADO, *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao pós-11 de Setembro*, 5.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2019

JORGE MIRANDA, *Curso de Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Estoril, Principia, 2016

MARIA LUÍSA DUARTE, *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006

In other languages:

FRÉDÉRIC SUDRE, LAURE MILANO, HÉLÈNE SURREL e BÉATRICE PASTRE-BELDA, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 15.^a ed., Paris, PUF, 2021

JEAN-FRANÇOIS RENUCCI, *Droit européen des droits de l'homme. Droits et libertés fondamentaux garantis par la CEDH*, 9.^a ed., Paris, LGDJ, 2021

WILLIAM A. SHABAS, *The European Convention on Human Rights. A Commentary*, Oxford, University Press, 2017

DINAH L. SHELTON, *Advanced Introduction to International Human Rights Law*, 2.^a ed., Edward Elgar Publishing, 2020

DINAH L. SHELTON (Ed.), *The Oxford Handbook of International Human Rights Law*, Oxford, Oxford University Press, 2013

DANIEL MOECKLI, SANGEETA SHAH, SANDESH SIVAKUMARAN (Ed.) e DAVID HARRIS (Consultant Ed.), *International Human Rights Law*, 3.a ed., Oxford, Oxford University Press, 2017

FRANCIS G. JACOBS, ROBIN C. A. WHITE, CLARE OVEY (BERNARDETTE RAINEY, PAMELA MCCORMICK, CLARE OVEY), *The European Convention on Human Rights*, 8.^a ed., Oxford. Oxford University Press, 2020

GRÁINNE DE BÚRCA, *Reframing Human Rights in a Turbulent Era*, Oxford, University Press, 2021

ILIAS BANTEKAS, LUTZ OETTE, *International Human Rights Law and Practice*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2016

MALCOLM EVANS, RACHEL MURRAY, *The African Charter on Human and Peoples' Rights*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008

THEODOR SCHILLING, *Internationaler Menschenrechtsschutz: Das Recht der EMRK und des IPbPR*, 3.^a ed.,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Tübingen, Mohr Siebeck, 2016

YVES HAECK, OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA, CLARA BURBANO HERRERA (ed.), *The Inter-American Court of Human Rights, Theory and Practice, Present and Future*, Cambridge, Intersentia, 2015

ARMIN VON BOGDANDY E INGO VENZKE, *In Whose name? A Public Law Theory of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2016

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009

RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010

YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014

YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003

CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford Handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014

DARIO MOURA VICENTE (Ed.), *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective* (Collected papers of the ILA Regional Conference Held in Lisbon in 2014), Brill-Nijhoff, 2016

KAREN ALTER, LAURENCE HELFER E MIKAEL MADSEN (Ed.), *International Court Authority*, Oxford, University Press, 2018

NIKOLAOS LAVRANOS, *Jurisdictional Competition. Selected Cases in International and European Law*, European Law Publishing, 2009

THERESA SQUATRITO et al. (ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018

WILLIAM SCHABAS, SHANNONBROOKE MURPHY (ed.), *Research Handbook on International Courts and Tribunals*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2017

TOBIAS LOCK, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015

FISNIK KORENICA, *The EU Accession to the ECHR between Luxembourgs search for autonomy and Strasbourg credibility on human rights protection*, Cham, Springer, 2015

VASILIKI KOSTA (ed.), *The EU accession to the ECHR*, Oxford, Hart, 2014

ILIOPOULOS-STRANGAS, PEREIRA DA SILVA, POTACS (ed.), *The Accession of the European Union to the ECHR, The Impact on the Protection of Fundamental Rights in Europe*, Baden-Baden, Nomos, 2013

CHIARA GIORGETTI (Ed.), *The Rules, Practice and Jurisprudence of International Courts and Tribunals*, Brill-Nijhoff, 2012



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MANUEL DIEZ DE VELASCO, *Las Organizaciones Internacionales*, 16.ª ed., Madrid, Tecnos, 2010

ANTONIO CASSESE, *International Law*, 2.ª ed., Oxford, University Press, 2005

PATRICK DAILLIER, MATHIAS FORTEAU e ALAIN PELLET, *Droit International Public*, 9.ª ed., Paris, LGDJ, 2022